



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 07 de Agosto de 2020
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIV

Nº 1934



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2307, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ADESAO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO AO PLANO MINAS CONSCIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- A Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- O Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020, que declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- As deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020;
- O Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;
- O Decreto Estadual nº 47.896, de 25 de março de 2020, que institui o Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN COVID-19;
- O Decreto Municipal nº 2256, de 17 de março de 2020, que declarou situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG, em razão de surto de doença respiratória COVID-19, e dispôs sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

DECRETA

Art. 1º Fica determinado que o Município de Monte Carmelo seguirá as diretrizes estaduais do Plano Minas Consciente, criado pela Deliberação do Comitê Extraordinário nº 39, de 29 de abril de 2020, para a retomada das atividades econômicas.

Art. 2º São deveres da Prefeitura de Monte Carmelo:

- I - o respeito e o cumprimento das diretrizes do Plano Minas Consciente;
- II - a fiscalização dos estabelecimentos no âmbito municipal;
- III - a observação e divulgação de eventuais alterações, atualizações e suspensões no Plano Minas Consciente;
- IV - o acompanhamento do cenário epidemiológico e assistencial da COVID-19, analisados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º São deveres do empresário individual, da sociedade empresária ou simples, respeitar as seguintes condições para retomar a atividade comercial:

- I - estar ciente das condições e diretrizes do Plano Minas Consciente;
- II - implementar e manter todos os procedimentos e protocolos gerais e específicos aplicáveis ao estabelecimento;
- III - garantir as regras de postura pelos clientes e pelos empregados ou similares dentro de seu estabelecimento;
- IV - manter fixada na entrada do estabelecimento, de forma visível e legível, a relação de procedimentos previstos no protocolo respectivo ao seu segmento ou atividade.

Art. 4º Qualquer alteração de protocolo será amplamente divulgada pelos meios oficiais de comunicação da Prefeitura Municipal, além da publicidade dada pelo site oficial do Plano Minas Consciente.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável por monitorar

os indicadores epidemiológicos e a capacidade assistencial de saúde do Município e orientar a manutenção do processo de retomada das atividades econômicas, podendo determinar, quando for o caso, nova suspensão das respectivas atividades ou recuo das medidas.

Parágrafo Único. Participar de reunião do Comitê Macrorregional ou Comissão Intergestores Bipartite microrregional, quando convocada, para avaliação e monitoramento do andamento do Plano Minas Consciente.

Art. 6º Ficam revogados o Decreto Municipal nº 2287, de 18 de maio de 2020 e o Decreto Municipal nº 2303, de 15 de julho de 2020.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de agosto de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2308, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DAS CELEBRAÇÕES EUCARÍSTICAS PÚBLICAS, CULTOS, REUNIÕES E EVENTOS DOS DIVERSOS SEGMENTOS RELIGIOSOS, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA COVID-19, CAUSADA PELO VÍRUS SARS-CoV-2, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o Decreto de Emergência nº 113, de 13 de março de 2020, do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, decreta Estado de Calamidade Pública no âmbito de todo o território do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, estabelece em seu art. 3º, §1º, inciso XXXIX, que as atividades religiosas de qualquer natureza são consideradas como atividades essenciais, assim entendidas como aquelas indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população;

CONSIDERANDO que a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia

Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado", e alterações posteriores, permite a realização de reuniões e eventos com público de até 30 (trinta) pessoas;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 39, de 29 de abril de 2020, que aprova o Plano Minas Consciente, e alterações posteriores, destinado à possibilidade de flexibilização das medidas de isolamento social de forma responsável em cada município, permitindo a retomada parcial da economia e observando o impacto no sistema de saúde;

CONSIDERANDO as orientações do Governo Estadual sobre as atividades religiosas e sindicais que, dada a garantia constitucional de livre exercício dos cultos religiosos e livre associação, deverão adotar medidas de proteção e orientações sanitárias específicas, de modo a aplicar os protocolos sanitários disponíveis no Programa Minas Consciente;

CONSIDERANDO o Decreto 2256, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG em razão de surto de doença respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO as Recomendações do Comitê de Enfrentamento à COVID-19, criado por meio do Decreto 2256/2020, com caráter deliberativo, e com competência para monitorar a emergência em saúde pública decretada, além de adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas.

DECRETA:

Art. 1º A celebração eucarística pública, cultos, reuniões e eventos dos diversos segmentos religiosos poderão ser realizados mediante a assinatura de Termo de Responsabilidade disponibilizado no Anexo I deste Decreto e desde que respeitados os seguintes critérios:

- I. realização em locais fechados ou abertos com, no máximo, 30 (trinta) pessoas;
- II. acesso controlado à entidade de forma a evitar aglomerações;
- III. manutenção de distanciamento de, no mínimo, dois metros entre os fiéis;
- IV. demarcação indicativa, mediante sinalização, dos locais onde os fiéis poderão sentar-se;
- V. proibição de entrada de qualquer pessoa sem a utilização de máscara de proteção facial;
- VI. disponibilização de material de higiene e orientação dos fiéis de modo a reforçar a importância e a necessidade de:
 - a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos, com a utilização de produtos assépticos durante as celebrações eucarísticas, cultos, reuniões ou eventos, além de observar a etiqueta respiratória;
 - b) manter a limpeza do local.
- VII. estabelecimento de horários exclusivos para atendimento individualizado aos grupos de fiéis que:
 - a) possuírem idade igual ou superior a sessenta anos;
 - b) portarem doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
 - c) forem gestantes ou lactantes.
- VIII. disponibilização, na entrada dos locais, de álcool em gel 70%;
- IX. exibição de cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção à COVID-19, disponíveis em: <https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus>, e afixação dos protocolos do Minas Consciente em local visível.
- X. higienização frequente do ambiente, sobretudo das maçanetas, torneiras, corrimãos, mesas, cadeias, bancos, instrumentos musicais e todas as superfícies metálicas constantemente com álcool 70%;
- XI. sistematização da limpeza local como piso e outras superfícies, com desinfetantes a bases de cloro, no mínimo duas vezes ao dia, ou conforme a necessidade;
- XII. intensificação da higienização dos sanitários existentes;
- XIII. estímulo para que os fiéis com sintomas gripais permaneçam em casa.

Art. 2º As entidades religiosas só poderão retomar suas atividades quando assinarem o Termo de Responsabilidade constante no Anexo I deste Decreto, devendo afixá-lo na entrada do estabelecimento, em local visível.

§1º. O Termo de Responsabilidade ficará disponível na Secretaria Municipal de Saúde.

§2º Os responsáveis pela entidade religiosa deverão apresentar cópia do documento pessoal do representante legal e dados da entidade religiosa para preenchimento do Termo de Responsabilidade.

Art. 3º As entidades religiosas que estiverem funcionando em desacordo com as normas previstas neste Decreto terão suas atividades suspensas até regularização.

Art. 4º Ficará sob responsabilidade do responsável pela entidade religiosa controlar a entrada e permanência dos fiéis, bem como cumprir todas as medidas de segurança descritas neste Decreto.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 07 de agosto de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

ANEXO I TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE	
DADOS DA ENTIDADE	
Nome Fantasia:	_____
Razão Social:	_____
CNPJ:	_____ Telefone (____) _____
Endereço:	_____
Bairro:	_____ Monte Carmelo/MG CEP 38.500-000
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL	
Nome:	_____
RG:	_____ CPF: _____
Endereço:	_____
Bairro:	_____ Cidade: _____
Eu, representante legal acima identificado, assumo a responsabilidade de adotar as medidas preventivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, para exercer a(s) atividade(s) religiosa(s), respeitando todas as medidas preventivas informativas e profiláticas exigidas, mediante a observância aos seguintes critérios:	
I - realização em locais fechados ou abertos com, no máximo, 30 (trinta) pessoas;	
II - acesso controlado à entidade de forma a evitar aglomerações;	
III - manutenção de distanciamento de, no mínimo, dois metros entre os fiéis;	
IV - demarcação indicativa, mediante sinalização, dos locais onde os fiéis poderão sentar-se;	
V - proibição de entrada de qualquer pessoa sem a utilização de máscara de proteção facial;	
VI - disponibilização de material de higiene e orientação dos fiéis de modo a reforçar a importância e a necessidade de:	
a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos, com a utilização de produtos assépticos durante as celebrações eucarísticas, cultos, reuniões ou eventos, além de observar a etiqueta respiratória;	
b) manter a limpeza do local.	
VII - estabelecimento de horários exclusivos para atendimento individualizado aos grupos de fiéis que:	
a) possuírem idade igual ou superior a sessenta anos;	
b) portarem doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;	
c) forem gestantes ou lactantes.	
VIII - disponibilização, na entrada dos locais, de álcool em gel 70%;	
IX - exibição de cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção à COVID-19, disponíveis em: https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus , e afixação dos protocolos do Minas Consciente em local visível.	
X - higienização frequente do ambiente, sobretudo das maçanetas, torneiras, corrimãos, mesas, cadeias, bancos, instrumentos musicais e todas as superfícies metálicas constantemente com álcool 70%;	
XI - sistematização da limpeza local como piso e outras superfícies, com desinfetantes a bases de cloro, no mínimo duas vezes ao dia, ou conforme a necessidade;	
XII - intensificação da higienização dos sanitários existentes;	
XIII - estímulo para que os fiéis com sintomas gripais permaneçam em casa.	
Declaro estar ciente e de acordo com os riscos, perigos e nocividades derivados da exposição pessoal e de todos os fiéis, no tocante à possibilidade de contaminação por doenças associadas à inflamação respiratória, e assumo a responsabilidade criminal [art. 268 do Código Penal], civil [art. 187 e 927, parágrafo único, do Código Civil], consumerista [arts. 8º, 12, 14] do Código de Defesa do Consumidor], e trabalhista [art. 223-F, da CLT], sem prejuízo de outras.	
Monte Carmelo, _____ de _____ de 2020.	
Nome:	_____
CPF:	_____
* Deverá ser encaminhada, anexa a este termo, cópia do documento pessoal do representante legal e dados da entidade religiosa.	



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2020. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 19 de agosto de 2020, às 15:00

horas na Sala de Licitações, da Pref. Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP nº 62/2020, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos de planejamento e execução de diagnósticos diversos voltados para melhorias na gestão pública municipal por meio de coleta de informações de Pesquisas qualitativas e quantitativas, atendendo o Plano Anual de Estudos e Pesquisas da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG e suas respectivas secretarias, visando buscar informações e avaliar os serviços públicos prestados à população, bem como as ações e medidas adotadas pelo executivo municipal no enfrentamento ao CORONAVÍRUS. Para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 04 de agosto de 2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO: Termo de Rescisão de Compromisso de Estágio de entre si celebram o Município de Monte Carmelo, com a interveniência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Roberta Hewellyn Piedade Soares, com fundamento na Lei nº 1544, de 14 de agosto de 2019 em decorrência da conclusão da graduação do Curso de Bacharelado em Direito na FUCAMP por meio da colação de grau em 31/07/2020. Data de Assinatura: 31/07/2020.

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO – Termo de Compromisso de Estágio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo, com a interveniência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e Roberta Hewellyn Piedade Soares, com fundamento da Lei nº 1544, de 14 de agosto de 2019. Objeto: prestação de serviço a serem executados pelo estagiário, regularmente matriculado no curso de pós-graduação em Direito Processual Civil no Instituto Damásio de Direito – Centro Avançado das Ciências Jurídicas LTDA – ME, com a finalidade de fornecer a experiência prática, aperfeiçoar a qualidade técnica e científica do Estagiário, complementando o ensino e aprendizagem escolar. Valor da bolsa de estágio: R\$1.545,00 (mil quinhentos e quarenta e cinco reais), e 10% (dez por cento) de auxílio transporte. Vigência: 02 (dois) anos, com início de 01/08/2020.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br